



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, DE 2019

(Do Sr. Kim Kataguiri)

Altera o Decreto Legislativo nº 276/14 para dispor sobre os subsídios dos parlamentares e para excluir a ajuda de custo destinada a compensar as despesas com mudança e transporte no início e no final do mandato; e altera o Decreto Legislativo nº 277/14 para dispor sobre os subsídios do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PDC-1/2015.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O artigo 1º, do Decreto Legislativo nº 276/14, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII, do art. 49, da Constituição Federal, é fixado em R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) e, até o ano de 2027, não poderá sofrer aumento real, devendo apenas ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou por outro índice que vier a substituí-lo. (NR)”

Art. 2º. O artigo 1º, do Decreto Legislativo nº 277/14, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O subsídio mensal do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, referido no inciso VIII, do art. 49, da Constituição Federal, é fixado em R\$ 30.934,70 (trinta mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), e, até o ano de 2027, não poderá sofrer aumento real, devendo apenas ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou por outro índice que vier a substituí-lo. (NR)”

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa congelar os salários dos membros do Congresso Nacional e do Poder Executivo por 8 (oito) anos, a fim de que o valor do subsídio, já em patamar suficiente para fazer frente aos gastos dos servidores mencionados, não tenha aumento real enquanto o país tenta se recuperar da crise econômica em que administrações passadas colocaram os brasileiros.

A Proposta está em consonância com a Emenda Constitucional (EC) número 95 – conhecida como Novo Regime Fiscal (ou Teto dos Gastos Públicos) –, pois não permite a elevação das despesas com os subsídios dos membros dos Congresso até o décimo ano de vigência da citada Emenda.

É sabido que o Teto de Gastos foi aprovado para conferir à economia brasileira gestão fiscal eficiente, previsível e responsável, sendo certo que qualquer aumento dos subsídios dos parlamentares nos próximos anos não se coaduna com o intento do constituinte derivado.

Na justificativa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que deu origem à Emenda 95, o então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, salientou que “*no caso de o limite de gasto de um dos Poderes ou órgão autônomo ser desrespeitado em um exercício, automaticamente entram em vigor regras de contenção de **despesas de pessoal** daquele Poder ou órgão para o exercício seguinte*” (com grifos nossos).

Nesse passo, a EC 95 prevê diversas limitações às despesas com pessoal em caso de descumprimento dos limites de gastos (artigo 109, do ADCT), restando claro que a presente Proposta vai ao encontro da vontade do legislador.

Mais uma vez citando a mensagem do Ministro Meirelles na justificativa da PEC que deu origem à Emenda 95, *“vale lembrar que o descontrole fiscal a que chegamos não é problema de um único Poder, Ministério ou partido político. É um problema do país! E todos o país terá que colaborar para solucioná-lo”*.

É o que se pretende com a presente Proposta, cabendo aos membros do Congresso Nacional e do alto escalão do Poder Executivo apenas corrigirem seus vencimentos pela inflação, sem aumento real, em favor da população brasileira, já bastante prejudicada com o descontrole fiscal que o país enfrenta.

O E. Ministro Luís Roberto Barroso, em decisão liminar proferida no MS número 34.448, em trâmite no C. Supremo Tribunal Federal, asseverou que *“a responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis, e não tem ideologia. Desrespeitá-la significa predeterminar o futuro com déficits, inflação, juros altos, desemprego e todas as consequências negativas que dessas disfunções advêm. A democracia, a separação de Poderes e a proteção dos direitos fundamentais decorrem de escolhas orçamentárias transparentes e adequadamente justificadas, e não da realização de gastos superiores às possibilidades do Erário, que comprometem o futuro e cujos ônus recaem sobre as novas gerações”*.

É certo que com subsídio no valor correspondente a mais de 30 (trinta) salários mínimos, aliado aos auxílios e verbas indenizatórias, os congressistas, Ministros de Estado e os Chefes do Executivo manterão intocado o poder aquisitivo de sua remuneração.

Ademais, a proposição visa revogar os §§ 1º e 2º, do artigo 1º, do Decreto Legislativo número 276/14, que dispõe sobre a ajuda de custo destinada a compensar as despesas com mudança e transporte no início e no final do mandato dos Deputados Federais e dos Senadores da República.

O referido decreto fixou o subsídio dos membros do Congresso Nacional em R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) mensais, dispondo que todo parlamentar receberá um subsídio adicional no início e no final do mandato.

Assim, sob a justificativa de permitir que o parlamentar possa financiar sua mudança para a Capital Federal (no início do mandato) ou seu retorno à cidade de origem (no término do mandato), o Congresso Nacional paga a cada parlamentar R\$ 67.526,00 (sessenta e sete mil quinhentos e vinte e seis reais).

Caso o parlamentar tenha sido reeleito, ele receberá a ajuda de custo referente ao início do mandato vindouro e, ainda, referente ao final do mandato atual, tudo adicionado ao primeiro subsídio da legislatura, o que perfaz, nestes casos, o valor de R\$ 101.289,00 (cento e um mil duzentos e oitenta e nove reais).

Entendo ser completamente imoral que tal privilégio continue a ser pago com dinheiro público.

Ora, apenas o subsídio inicial de mais de R\$ 33.000,00 é mais do que suficiente para que o parlamentar financie sua mudança para Brasília ou seu retorno para sua cidade de origem, sendo dispensável o pagamento da ajuda de custo prevista no DL que se intenta alterar.

Não obstante o mais que suficiente subsídio mensal, os congressistas que se mudam para Brasília contam com apartamento funcional e auxílio-moradia, mais um

motivo pelo qual não necessitam da polpuda ajuda de custo que se pretende extinguir.

Ainda que haja proposições tendentes a regulamentar o tema, todas mantêm o pagamento de tal verba.

O PDC número 1103/18 prevê que a ajuda de custo não será devida a membros do Congresso Nacional reeleitos ou eleitos para outro mandato de deputado federal ou senador em eleições consecutivas.

O PDC número 1102/18 dispõe da mesma forma, adicionando que a ajuda de custo para mudança não será devida a membros do Congresso Nacional eleitos no Distrito Federal e que sobre ela não incidirá imposto de renda em face da sua natureza indenizatória.

Por fim, o PDC 1656/14 prevê que a remuneração dos membros do Congresso Nacional não compreende o pagamento de ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio ou de quaisquer valores pagos a título de indenização, em razão do início ou do final da Legislatura, sendo que, no entanto, pela interpretação do texto – sobretudo em comparação com aquele do PDC 1102/18 – pode-se entender que, ainda que a ajuda de custo não compreenda a remuneração do parlamentar, ela seria continuaria a ser paga sob a rubrica de verba indenizatória.

Portanto, o presente projeto se justifica e é medida que se impõe, motivo pelo qual rogo aos eminentes pares que o aprovem.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2019.

Deputado Kim Kataguiri
DEM-SP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....
TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. ("Caput" do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2014

Fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º

de março de 2013; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

§ 1º É devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

§ 2º A ajuda de custo de que trata o § 1º não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Art. 2º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal regularão, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2014

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2014

Fixa o subsídio para a Presidenta e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal da Presidenta e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, referido no inciso VIII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R\$ 30.934,70 (trinta mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

Art. 2º O Poder Executivo regulará, em conformidade com suas competências, os efeitos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos públicos, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2014

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 2016

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114:

"Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

V - da Defensoria Pública da União.

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
